

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

6ª Sessão Ordinária de 2018

(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, de 26/03/2018, págs. 1/17)

Dia: 10/04/2018

Hora: 09:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS

1) Aprovação das Atas da 4ª Sessão Ordinária (13/03/2018) e da 5ª Sessão Ordinária (20/03/2018).

Processo desta Sessão (10/04/2018)

2) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000015/2018-13

Requerente: Comissão de Planejamento Estratégico

Assunto: Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público.

Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta – Presidente da Comissão de Planejamento Estratégico

Origem: Distrito Federal

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 04/07/2017

1) Pedido de Providências n.º 1.00717/2016-53

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo

Requerido: Ministério Público Federal

Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições. Ofensa a autonomia funcional do Ministério Público do Estado de São Paulo. Controle externo da atividade policial. Manifestações populares em vias públicas.

Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: São Paulo

Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Pedido de Vista em 05/07/2017

2) Proposição n° 1.00056/2017-10

Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Obrigatoriedade de correições e inspeções no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados. Sistema de Avaliação pelas Corregedorias. Aferição de eficácia social. Sistema Nacional de Correições e Inspeções.

Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 10/10/2017

3) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00230/2015-90

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Servidores cedidos de outros órgãos. Acúmulo de funções de membros. Insuficiência de servidores. Relatório Conclusivo da Inspeção. Teor das proposições 31.1.2, 31.1.8b, 31.1.10, 31.2.9, 31.2.10 e 31.2.12.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Pernambuco

Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 24/10/2017

4) Pedido de Providências n° 1.00006/2017-97 (Recurso Interno)

Recorrente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Advogados: Oswaldo Pinheiro Ribeiro Junior – OAB/DF n.º 16.275; Priscilla Lisboa Pereira – OAB/DF n.º 39915

Recorridos: Ministério Público Federal; Tiago Modesto Rabelo

Objeto: Ministério Público Federal. Recomendação MPF-PRM/ILH-GAB 03 N.º 05/2016. Pagamento de honorários advocatícios nos contratos celebrados entre advogados e a Administração Pública. Valores repassados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, atual FUNDEB. Suposta violação de prerrogativas da classe dos Advogados. Pedido de anulação da referida Recomendação.

Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento

Origem: Bahia

Vista: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Pedido de Vista em 14/11/2017

- 5) Reclamação Disciplinar nº 1.00046/2017-75 (Embargos de Declaração)
Embargante: Lucas Fernandes Bernardes
Advogado: Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF nº 20.522
Embargado: Monique Cheker de Souza
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Trata-se de Reclamação Disciplinar instaurada em face de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Rio de Janeiro
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Pedido de Vista em 28/11/2017

- 6) Proposição nº 1.00973/2017-77
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Declarar a incompetência do CNMP para questões atinentes ao Ministério Público junto aos Tribunais de Contas.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal
Vista: Presidente

Pedidos de Vista em 12/12/2017

- 7) Proposição nº 1.00582/2017-16
Requerente: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Atuação dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Lauro Machado Nogueira
- 8) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00636/2017-43 (Embargos de Declaração)
Embargante: Krishnamurti Lopes Mendes França
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Análise. Incorporação de gratificação de função. Gratificação de risco de vida. Conforme decisão do PCA CNMP nº 1.00221/2015-07. Membro Krishnamurti Lopes Mendes França.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

- 9) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01003/2017-52
Requerente: Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo (SINDIPÚBLICOS)
Advogado: Marcos Gomes Ribeiro – OAB/ES n.º 21094
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Irregularidades em contratações temporárias. Contrato 82/2015. Prejuízo a nomeações de candidatas aprovados no Concurso Público 02/2013.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Espírito Santo
Vista: Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Pedidos de Vista em 05/02/2018

- 10) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00147/2017-64
Requerente: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Requeridos: Ministério Público do Trabalho; Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado do Espírito Santo. Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região. Movimento grevista da Polícia Militar estadual. Providências adotadas pelo Ministério Público estadual. Suposta interferência e incompetência de atuação por parte do Ministério Público do Trabalho. Pedido de liminar e de sigilo.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Espírito Santo
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha
- 11) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01059/2017-07
Requerente: Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Portarias SGMP POR – 746/2017, SGMP POR – 747/2017 e SGMP POR – 751/2017. Remoção de servidoras da Ouvidoria. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Pernambuco
Vista: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Pedido de Vista em 20/02/2018

- 12) Proposição nº 1.00988/2017-90
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. O número de vagas oferecidas em concurso público, em número de 1 (um), permite a aplicação do percentual de vagas para portadores de necessidades especiais estabelecidas na Lei Maior.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Pedido de Vista em 27/02/2018

- 13) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00931/2016-91 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado de São Paulo
Embargado: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedidos de Vista em 13/03/2018

- 14) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01046/2017-00
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Advogado: Claudia Maria de Freitas Chagas – OAB/DF nº 6.253
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Acervo abandonado. Descumprimento de dever funcional. Erros e omissões na área de proteção de fundações. Ocultação e falsificação de documentos para encobrir a inatividade.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha
- 15) Pedido de Providências nº 1.01051/2017-78
Requerente: Ana Maria Guimarães Braga
Advogado: Bruno de Mendonça Pereira Cunha – OAB/MG nº 103584
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Colégio de Procuradores. Resolução nº 08/2017. Fusão de atribuição das Promotorias de Guaçuí e Dores do Rio Preto.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Espírito Santo
Vista: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Processo com julgamento iniciado

- 16) Proposição nº 1.00059/2015-09
Proponente: Jeferson Luiz Pereira Coelho
Objeto: Proposta de Resolução que institui órgãos de Controle Interno no Ministério Público Brasileiro.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 20ª Sessão Ordinária (24/10/2017)

17) Pedido de Providências nº 1.00786/2017-01

Requerentes: Artigo 19 Brasil; Associação Direitos Humanos em Rede – Conectas Direitos Humanos; Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM

Advogados: Camila Marques Barroso – OAB/SP n.º 325.988; Rafael Carlsson Gaudio Custodio – OAB/SP n.º 262.284; Henrique Hollunder Apolinario de Souza – OAB/SP n.º 388.267; João Paulo de Godoy – OAB/SP n.º 365.922; Marcos Roberto Fuchs – OAB/SP n.º 101.663; Cristiano Avila Maronna – OAB/SP n.º 122.486

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Harmonização da atuação institucional. Cumprimento da Resolução CNMP nº 20/2007. Uso das forças policiais na limitação do direito de manifestação e associação pelo Governo do Estado de São Paulo.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: São Paulo

Incluídos na Pauta da 21ª Sessão Ordinária (14/11/2017)

18) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)

Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega

Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n. 078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: Rio Grande do Norte

19) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00631/2017-75

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará

Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Apuração. Legalidade. Provimento nº 20/2016, art. 16 e art. 35. Procuradoria-Geral de Justiça. Teto remuneratório. Resolução CNMP nº 09/2006. Decisão proferida no PCA CNMP nº 1.00940/2016-82.

Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento

Origem: Ceará

20) Proposição nº 1.00752/2017-53

Requerente: Fábio George Cruz da Nóbrega

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Parâmetros para atuação do Ministério Público. Defesa do acesso e da qualidade da atenção básica de saúde e na execução das atividades relacionadas à ação nacional de saúde.

Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento

Origem: Distrito Federal

- 21) Pedido de Providências nº 1.00903/2017-55
Requerente: Thomas Santos Ferreira
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Irregularidades em progressão na Carreira de servidor. Reenquadramento do requerente para a Classe e Nível imediatamente superior. Pagamento dos valores correspondentes às parcelas remuneratórias. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Bahia

Incluídos na Pauta da 22ª Sessão (28/11/2017)

- 22) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00637/2017-05
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Interessado: Raimundo Nonato de Carvalho Filho
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Análise. Incorporação de gratificação de função. Gratificação de risco de vida. Conforme decisão do PCA CNMP nº 1.00221/2015-07.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal
- 23) Proposição nº 1.00990/2017-03
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Não compete ao Conselho Nacional do Ministério Público substituir-se às bancas examinadoras, seja na elaboração, na correção ou na anulação de questões de provas de concursos públicos do Ministério Público brasileiro, desde que ausente ilegalidade manifesta ou violação à Resolução do Conselho.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 23ª Sessão (12/12/2017)

- 24) Proposição nº 1.00294/2016-71
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Observância dos art. 126 a 129, da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal – LEP). Fomento a ações voltadas ao oferecimento de cursos e disponibilização de livros às pessoas privadas de liberdade.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 25) Proposição nº 1.00928/2017-12
Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Criação da Comissão Extraordinária de Acompanhamento das Eleições 2018.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal

- 26) Proposição nº 1.00977/2017-91
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Não se conhece a notícia anônima, genérica, desprovida de elementos informativos mínimos. A notícia anônima, com fato concreto e grave, quando se justifica o temor do noticiante, pode ser convertida em procedimento de iniciativa do Conselheiro Relator, do Plenário, ou de qualquer Conselheiro.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão (05/02/2018)

- 27) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00963/2016-32
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco
Advogado: Telson Luis Cavalcante Ferreira – OAB/DF nº 28.294
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco. Abandono. Prazo superior a trinta dias consecutivos. 2º Promotor de Justiça de Timbaúba. Portaria CNMP-CN nº 255/2016. Baseada na RD nº 1.00839/2016-91.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Distrito Federal
- 28) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00085/2017-08 (Recurso Interno)
Recorrente: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024
Recorrido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Critérios objetivos para promoções por merecimento. Não aplicação do art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 02/2005. Ausência de texto regulamentador no âmbito do Parquet baiano. Publicação de editais de remoção e promoção por merecimento nº 18/2017 e 20/2017.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Bahia
- 29) Proposição nº 1.00299/2017-30
Requerente: Conselheiro Claudio Henrique Portela do Rego
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração da redação do art. 2º, caput, e §§ 3º e 7º, dos artigos 4º e 5º, caput, e acrescenta o § 8º ao art. 2º e o parágrafo único ao art. 7º, todos da Resolução CNMP nº 26/2007. Oitiva da Corregedoria Geral. Pedidos de residência fora da Comarca.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal
- 30) Proposição nº 1.00720/2017-02
Requerente: Conselheiro Claudio Henrique Portela do Rego
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Recomendação. Atuação do Ministério Público em políticas efetivadoras de direitos fundamentais. Diretrizes para a realização ou o referendo de acordos.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal

- 31) Proposição nº 1.00940/2017-72
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. A criação, extinção ou fusão de órgãos de execução do Ministério Público são medidas afetas à discricionariedade administrativa, e o Conselho Nacional não deve invalidá-las quando não se constatar violação ao interesse público.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal
- 32) Proposição nº 1.00959/2017-00
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Realização de processo seletivo para habilitação a cargos em comissão.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 2ª Sessão (20/02/2018)

- 33) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00062/2016-50 (Embargos de Declaração)
Embargante: David Evandro da Costa Carramanho
Embargado: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas. Procedimento Administrativo nº 9982/04-PGJ. Portarias 753/93/PGJ e 792/93/PGJ. Pagamento adicional de tempo de serviço e vantagem pessoal pelo exercício de função a membro do Parquet, sem observância da prescrição quinquenal. Processo apenso ao Pedido de Providências n.º 0.00.000.000028/2006-41.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Amazonas
- 34) Proposição nº 1.00185/2017-35
Requerente: Conselheiro Orlando Rochadel Moreira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição da Política Nacional de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 35) Proposição nº 1.00188/2017-04
Requerente: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Ajuizamento de ação civil de perda de cargo de membro do Ministério Público. Prática de crime incompatível com o exercício do cargo.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal

- 36) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00475/2017-05
Requerente: Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira
Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins
Objeto: Ministério Público do Estado de Tocantins. Portarias que contrariam o Princípio do Promotor Natural. Resolução nº 01/2015 e nº 02/2013, do Colégio de Procuradores. Vedação de nomeação de Promotor "ad hoc".
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Tocantins
- 37) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00717/2017-43
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Interessados: Kleydson Muniz da Silva; Lais Neves Almeida; Lauro Vinicius Rodrigues da Silva; Michele Marques Mascarenhas; Michelle Quadros Dalmeida; Rafael Galvao de Almeida; Victor Souza Bastos
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Apuração. Desvios de função. Conforme Acórdão proferido no PCA CNMP nº 1.00278/2017-97.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Bahia
- 38) Proposição nº 1.00743/2017-62
Requerente: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Necessária coesão na atuação das unidades ministeriais. Fiscalização do Projeto de Integração do São Francisco – PISF.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal
- 39) Pedido de Providências nº 1.00783/2017-40
Requerente: Abdel Hakim Farache
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promoção de arquivamento. Denúncia de crimes ambientais cometidos pelo Aeroporto de Guarulhos.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: São Paulo
- 40) Proposição nº 1.00942/2017-80
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. A entrada em exercício no cargo ao qual anteriormente havia sido objeto de impugnação caracteriza a perda de objeto do procedimento.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal

- 41) Proposição nº 1.00953/2017-88
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Ilegitimidade ativa ad causam do Sindicato que não tem o indispensável registro no Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal
- 42) Proposição nº 1.00954/2017-31
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. A designação de membros do Ministério Público de primeiro grau para exercer função perante a Justiça Eleitoral de primeira instância deve recair sobre o Promotor de Justiça que há mais tempo deixou de exercer a função na zona eleitoral ou que nunca a tenha exercido nessa zona ou em qualquer outra.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 43) Proposição nº 1.00955/2017-95
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Não se permite o pagamento de verba, remuneratória ou indenizatória, criada por ato da administração superior dos ramos do Ministério Público. As vantagens de caráter indenizatório e a retribuição pelo exercício de determinadas funções, passíveis de percebimento pelos membros do Ministério Público, são apenas as previstas nas respectivas leis orgânicas.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 44) Proposição nº 1.00962/2017-79
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Necessidade de apresentação das fichas financeiras e folhas de pagamento em um único documento, com a indicação clara e precisa dos pagamentos retroativos e das bases legais de cada rubrica.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 45) Proposição nº 1.00975/2017-84
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Não compete ao CNMP analisar questão que, in totum, está sob apreciação do Poder Judiciário, sob pena de supressão/violação da competência do Poder Judiciário para decidir a lide em caráter definitivo.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal

- 46) Proposição nº 1.00981/2017-04
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Nulidade dos atos que configuram nepotismo cruzado, vedado pelo art. 3º, da Resolução CNMP nº 01/05.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 4ª Sessão (13/03/2018)

- 47) Pedido de Providências nº 1.00028/2016-01
Requerente: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Sugestão de edição de ato normativo. Regulamentação de isenção, aos membros do Ministério Público, de taxa administrativa de registro e renovação de registro de arma de fogo. Criação do registro permanente de armas do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Minas Gerais
- 48) Pedido de Providências nº 1.00623/2016-48
Requerente: Luiz Inácio Lula da Silva
Advogado: Cristiano Zanin Martins – OAB/SP nº 172.730
Requerido: Procuradoria da República no Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado do Paraná. Força Tarefa Lava Jato. Manifestações indevidas de membros do Parquet, promovendo juízo de valor público. Divulgação imprópria de informações na mídia. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Paraná
- 49) Pedido de Providências nº 1.00722/2016-20
Requerente: Luiz Inácio Lula da Silva
Advogado: Cristiano Zanin Martins – OAB/SP nº 172.730
Requerido: Procuradoria da República no Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado do Paraná. Força Tarefa Lava Jato. Violação de garantias e direitos. Afronta ao art. 8º, da Resolução CNMP nº 23/2007. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Paraná
- 50) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00864/2017-40
Requerentes: Francisco Antonio Tavora Colares; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará – SINSEMPECE
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Colégio de Procuradores de Justiça. Distribuição de processos por antiguidade. Alegação de nulidade e ilegalidade. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Ceará

- 51) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00888/2017-54
Requerente: Francisco de Jesus Lima
Advogado: Bruno Fabricio Elias Pedrosa – OAB/PI nº 15339
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Política de segurança institucional. Discriminação racial.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Santa Catarina
- 52) Proposição nº 1.00935/2017-04
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Frações obtidas com a aplicação do percentual de 5% das vagas destinadas aos deficientes físicos, em qualquer concurso público, deverão ser arredondadas para o número inteiro mais próximo.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Distrito Federal
- 53) Proposição nº 1.00944/2017-97
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Submissão de matéria à apreciação do Conselho Superior, enquanto não analisada na origem, falta interesse de agir em deduzi-la perante o CNMP.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: Distrito Federal
- 54) Proposição nº 1.00970/2017-06
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Não pode o CNMP, substituindo a autoridade legalmente competente, antecipar-lhe decisão administrativa para atender à pretensão de requerente, em sede de procedimento do controle administrativo.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Distrito Federal
- 55) Proposição nº 1.00985/2017-29
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Se por um lado o aprovado em concurso público, dentro do número de vagas previsto no edital, tem direito subjetivo a sua nomeação, por outro cabe à Administração avaliar, através de seu juízo de conveniência, qual o momento adequado para a nomeação, desde que observado o prazo de validade do certame público. Devem pautar os atos das Administrações do Ministério Público e dos gestores da Instituição o cumprimento dos princípios da boa-fé administrativa, da lealdade, da moralidade, da razoabilidade, da isonomia e da segurança jurídica.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Distrito Federal

- 56) Proposição nº 1.00994/2017-10
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. A atuação do CNMP, quanto à condução dos concursos públicos organizados pelas unidades do Ministério Público, adstringe-se à verificação da observância das normas editalícias e da conformidade de tais normas à legislação vigente.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal
- 57) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00063/2018-93
Requerente: Geraldo Adelmo de Faria
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Concurso para o cargo de Oficial de Promotoria. Inscrição para portador de necessidades especiais. Indeferimento.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: São Paulo
- 58) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00081/2018-75
Requerente: Marcondes Pereira de Oliveira
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Instauração de processo administrativo disciplinar. Não apreciação de pedido de reconsideração. Decisão contrária ao relatório. Descumprimento do contraditório. Impedimento de membro que apreciou o caso. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Piauí
- 59) Proposição nº 1.00110/2018-35
Requerente: Conselheiro Sebastião Vieira Caixeta
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Resolução CNMP nº 147/2017. Alteração do art. 17. Relatório de Plano Estratégico.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: Distrito Federal
- 60) Proposição nº 1.00115/2018-03
Requerente: Conselheiro Luciano Nunes Maia Freire
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração da Resolução CNMP nº 174/2017. Atuação resolutiva do Ministério Público.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Distrito Federal
- 61) Proposição nº 1.00145/2018-47
Requerentes: Conselheiro Dermeval Farias Gomes Filho; Conselheiro Lauro Machado Nogueira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Aprovação do Regimento Interno da Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Distrito Federal

- 62) Proposição nº 1.00146/2018-09
Requerente: Conselheiro Sebastião Vieira Caixeta
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Revogação dos §§ 1º e 2º do art. 5º e dá nova redação ao art. 6º, da Resolução CNMP nº 177/2017. Suspensão do prazo previsto no art. 6º da mencionada Resolução.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (10/04/2018)

- 63) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00619/2016-25
Requerente: Acenildo Botelho Pontes
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Alegação de inércia. Denúncia envolvendo o Governador do Estado do Pará e a empresa Cerpasa. Demora injustificada para ingressar com ação penal. Inquérito Civil Público nº 001/2005 ainda sem conclusão.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Pará
- 64) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00956/2016-59 (Embargos de Declaração)
Embargante: Associação do Ministério Público de Pernambuco
Advogado: Sandoval de Arruda Beltrão Júnior – OAB/PE nº 22382
Embargado: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal
- 65) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00969/2016-64 (Embargos de Declaração)
Embargante: Associação Sergipana do Ministério Público
Advogado: Carlos Edgar Andrade Leite – OAB/SE nº 4800
Embargado: Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. Anulação da Resolução nº 013/2016-CPJ, editada pelo Colégio de Procuradores de Justiça. Reconhecimento da retroatividade ao auxílio alimentação. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal

- 66) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00430/2017-40 (Embargos de Declaração)
Embargante: Márcia Aída de Lima Silva
Advogado: Mayara Solfyere Lopes Teixeira – OAB/PI nº 6179
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí. Descumprimento de dever inerente ao cargo. Zelo pelo prestígio da justiça e dignidade das funções. Viagem ao exterior sem autorização. Atuação junto a 1ª Promotoria de Justiça de Altos. Portaria CNMP-CN nº 95/2017. Conforme verificado na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00239/2017-62.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: Distrito Federal
- 67) Reclamação Disciplinar nº 1.00777/2017-10 (Recurso Interno)
Recorrente: Hildo Augusto de Rocha Neto
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Reclamação disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Maranhão.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: Maranhão
- 68) Proposição nº 1.00958/2017-56
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. É possível a lotação provisória de servidor em local diverso de sua lotação original em face do interesse da Administração para atender demanda específica e excepcional, sendo mantido o caráter precário do ato.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal
- 69) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.01102/2017-34 (Recurso Interno)
Recorrente: Rafael Fernandes Ascar
Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Suposta inércia. Apuração de caso de abuso de autoridade. Processo MPMG nº 0024.17.011424-3. ID nº 2821865. Promoção de arquivamento.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Minas Gerais
- 70) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01158/2017-99
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Rondônia
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Interessado: Clícia Pinto Martins
Advogado: Marcio Melo Nogueira – OAB/RO nº 2.827
Objeto: Ministério Público do Estado de Rondônia. Conselho Superior. Procedimento de Impugnação de Estágio Probatório. Vitaliciamento. Afronta à Lei Complementar Estadual nº 93/93.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Rondônia

- 71) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01189/2017-86
Requerente: Bruno Osmar Vergini de Freitas
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Desconstituição de ato administrativo. Conselho Superior. Processo nº 08191.064144/2017-52. Ressarcimento das despesas por faltas no Curso Direito Americano/Comparado em inglês. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal
- 72) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00001/2018-09
Requerente: Thaysa Assum de Moraes
Advogado: Valter Bruno de Oliveira Gonzaga – OAB/DF nº 15143
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Requerimento de afastamento provisório. Conclusão de mestrado. Indeferimento. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Amapá
- 73) Pedido de Providências nº 1.00064/2018-47 (Embargos de Declaração)
Embargante: Fernando José Diaz Fernandez
Embargado: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Atuação. Recebimento de medicamentos custeados pelo governo por cidadão hipossuficiente. Manifestação contrária da unidade ministerial da Comarca de Joinville. Descumprimento da Lei nº 10.741/2003.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Santa Catarina
- 74) Revisão de Decisão do Conselho nº 1.00070/2018-77 (Embargos de Declaração)
Embargante: Anderson Alberici de Campos
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Revisão. Decisão proferida no processo CNMP nº 1.01054/2017-39. Apuração de inércia e omissão dos Ministérios Públicos dos Estados de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Rio Grande do Sul
- 75) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00077/2018-52
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado da Paraíba
Advogado: Jocelio Jairo Vieira – OAB/PB nº 5672
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado da Paraíba. Descumprimento de dever inerente ao cargo. Prática de crime. Portaria CNMP-CN nº 09/2018. Baseada na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00245/2017-92.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal

- 76) Proposição nº 1.00109/2018-83
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração da Resolução CNMP nº 160/2017.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal
- 77) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00166/2018-90
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Tocantins
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Tocantins. Falta de urbanidade. Violação do dever funcional. Manifestação pública indevida. Portaria CNMP-CN nº 31/2018. Conforme informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00470/2017-89.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Distrito Federal
- 78) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00207/2018-01
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará
Advogado: Thiago Carvalhaes Peres – OAB/PA nº 21.233
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Pará. Prática de ato incompatível com o cargo. Prática de ato reprovável. Portaria CNMP-CN nº 75/2018. Informações colhidas na Sindicância CNMP nº 1.00200/2018-26.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal
- 79) Proposição nº 1.00218/2018-00
Requerente: Conselheiro Luciano Nunes Maia Freire
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração da Resolução CNMP nº 40/2009. Atividade jurídica para ingresso na carreira do Ministério Público. Em cumprimento ao acórdão proferido no Processo nº 1.00987/2017-36.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Distrito Federal
- 80) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00233/2018-20
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão. Descumprimento do dever de manter ilibada conduta pública e particular, de zelar pelo prestígio, prerrogativas e dignidade de suas funções e de tratar com urbanidade as partes. Portaria CNMP-CN nº 72/2018. Conforme informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00399/2017-75.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Distrito Federal

- 81) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00250/2018-59
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Pará. Assédio moral contra servidores. Tratamento desrespeitoso e humilhante.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Distrito Federal

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público